

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.590.355 - RS (2019/0287122-4)

RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE
AGRAVANTE : VIPSUL DO BRASIL SOLADOS LTDA
ADVOGADO : JOSUÉ ANTONIO DE MORAES - RS028448
AGRAVADO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO : NELSON PILLA FILHO - RS041666

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. JUROS REMUNERATÓRIOS. TAXA MÉDIA DE MERCADO. SÚMULA 83/STJ. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS. POSSIBILIDADE. PREVISÃO EXPRESSA QUE SE INFERE DO FATO DE QUE A TAXA DE JUROS ANUAL ULTRAPASSA O DUODÉCUPLO DA TAXA MENSAL. SÚMULA 83/STJ. DESCARACTERIZAÇÃO DA MORA AFASTADA. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER EM PARTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por VIPSUL DO BRASIL SOLADOS LTDA. contra decisão que não admitiu o recurso especial, fundado na alínea *a* do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, que desafiou acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul assim ementado (e-STJ, fl. 183):

APELAÇÕES CÍVEIS. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. AÇÃO MONITÓRIA. AÇÃO DE REVISÃO CONTRATUAL. CONTRATO DE ABERTURA DE CAPITAL DE GIRO ROTATIVO.

JUROS REMUNERATÓRIOS. Na espécie, consideradas as taxas pactuadas, configuram-se as mesmas em cobrança adequada, consoante à taxa média de mercado apurada pelo BACEN à época da contratação.

CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. Possível a capitalização mensal, desde que expressamente pactuada. Sendo a taxa de juros anual prevista em contrato superior ao duodécuplo da mensal, resta autorizada a capitalização dos juros em periodicidade mensal.

ELISÃO DA MORA. Não havendo comprovação de abusividades no período anterior à inadimplência não há falar em descaracterização da mora.

APELO DESPROVIDO.

Superior Tribunal de Justiça

Nas razões do recurso especial (e-STJ, fls. 204-209), a recorrente apontou violação aos arts. 406 e 591 do Código Civil de 2002; 46, 51, IV, e § 1º, III, do Código de Defesa do Consumidor; e 1º e 4º do Decreto n. 22.626/1933.

Sustentou, em síntese, que há abusividade na cobrança de juros acima de 12% ao ano. Afirmou que a capitalização de juros mensal não é legal. Aduziu que a cobrança irregular se deu dentro do período de normalidade e, por isso, a mora deveria ser afastada.

Não foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fl. 212).

Juízo de admissibilidade negativo (e-STJ, fls. 214-220).

Brevemente relatado, decido.

O Tribunal de origem, ao julgar o recurso de apelação, consignou o seguinte (e-STJ, fls. 187-194):

No tocante à aplicação dos juros remuneratórios, a jurisprudência é pacífica no sentido de que devem estes ser limitados à taxa média de mercado para a modalidade. Essa média é disponibilizada mensalmente pelo BACEN, sendo parâmetro adequado à análise contratual.

(...)

Na espécie, consideradas as taxas pactuadas, configuram-se as mesmas em cobrança adequada, consoante à taxa média de mercado prevista pelo Banco Central do Brasil para o respectivo período do contrato.

Assim, considerando-se não ter sido comprovada a abusividade da taxa de juros contratada entre os litigantes, inaplicável a sua revisão.

Da capitalização dos juros Relativamente à capitalização dos juros nos contratos bancários firmados com instituições financeiras, tem-se que ela só é permitida quando prevista em legislação especial que a autorize, encontrando-se tal matéria pacificada no E. STF através da Súmula nº 121, que assim dispõe: "É vedada a capitalização de juros, ainda que expressamente convencionada."

Entretanto, consoante entendimento pacificado nesta Câmara, admissível a capitalização dos juros em periodicidade inferior a 01 (um) ano, quando se tratar de contratos celebrados com instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional posteriores à Medida Provisória nº 1.963-17, de 30 de março de 2000, que foi reeditada até a Medida Provisória nº 2.170-36, de 23 de agosto de 2001 (diante do seu artigo 5º), cuja vigência decorre do artigo 2º da Emenda Constitucional nº 32, de 12/09/2001. Por tal motivo, não se aplica a Súmula nº 121 acima transcrita.

(...)

Na espécie, cuida-se de contratos firmados durante a vigência da Medida Provisória acima mencionada, havendo prova nos autos no sentido de que a taxa de juros anual de cada contrato supera o duodécuplo da taxa de juros mensal respectiva, circunstância essa que autoriza a capitalização mensal dos juros, nos termos do enunciado da

Superior Tribunal de Justiça

Súmula 541 do STJ, que assim refere:

(...)

Portanto, admissível, In casu, a incidência da capitalização mensal dos juros aos contratos anteriormente identificados.

Da elisão da mora.

Nas hipóteses em que há cobrança de parcelas ilegais por parte do credor, a mora fica descaracterizada para todos os fins. Nesses casos, na realidade, é o ato do credor que causa a inadimplência do devedor, a qual é justificada pela exigência de valores ilegais e indevidos.

No caso vertente, não comprovada a existência de encargos ilegais e abusivos durante o período da normalidade do contrato entabulado entre as partes, isto é, antes do inadimplemento, não há razão para afastamento da mora, bem como dos efeitos dela decorrente.

Verifica-se que a Corte *a quo* afastou a abusividade da taxa de juros contratada, ao argumento de que não apresenta significativa discrepância com a taxa média divulgada pelo Bacen.

Verifica-se, portanto, que o entendimento adotado pelo Tribunal de origem está em harmonia com a jurisprudência do STJ, atraindo a aplicação da Súmula 83/STJ.

No tocante à capitalização mensal de juros, é importante destacar que a jurisprudência desta Corte Superior consolidou-se no sentido de que a sua cobrança é admitida nos contratos bancários celebrados após 31/3/2000, data da publicação da Medida Provisória n. 1.963-17/2000, reeditada sob o n. 2.170-36/2001, desde que expressamente pactuada. Nesse sentido: AgInt no AREsp 1.314.836/MS, Rel. Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, Julgado em 13/11/2018, DJe 4/12/2018; AgRg no REsp 1.477.955/MS, Rel. Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, julgado em 21/9/2017, DJe 6/10/2017.

Ademais, o STJ possui entendimento de que há previsão expressa de cobrança de juros capitalizados em periodicidade mensal quando a taxa de juros anual ultrapassa o duodécuplo da taxa mensal.

A título exemplificativo:

BANCÁRIO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REVISÃO CONTRATUAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. JUROS REMUNERATÓRIOS. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DOS JUROS.

(...)

Superior Tribunal de Justiça

2. A estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, por si só, não indica abusividade.
 3. Admite-se a capitalização mensal dos juros nos contratos bancários celebrados a partir da publicação da MP 1.963-17 (31/03/00), desde que seja pactuada.
 4. A divergência entre as taxas de juros anual e o duodécuplo da taxa mensal, previstas numericamente no contrato, é suficiente para caracterizar a expressa contratação de capitalização.
 5. Agravo interno não provido.
- (AgInt no AREsp 506.961/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/09/2017, DJe 02/10/2017)

Assim, atrai mais uma vez a aplicação da Súmula 83/STJ.

No que diz respeito à mora, verifica-se que, consoante pacífica jurisprudência desta Corte Superior de Justiça, a mora do devedor é descaracterizada tão somente quando a índole abusiva decorrer da cobrança dos chamados encargos do "período da normalidade", juros remuneratórios e capitalização dos juros.

Na presente hipótese, o Tribunal de Justiça concluiu pela caracterização da mora do devedor, porquanto inexistentes encargos com caráter abusivo no período da normalidade. Incidem, no ponto, as Súmulas n. 5 e 7 do STJ, pois, para infirmar as conclusões do aresto combatido, seria imprescindível o reexame de provas e a análise das cláusulas contratuais.

Ante o exposto, conheço do agravo para conhecer em parte do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Publique-se.

Brasília (DF), 07 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator